



# Anais da Assembléia

No 135

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 1978.

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1978

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Ezequias Losso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Manoel Gaona, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buf-fara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs:

125/76, 142/76, 116/77, 117/77, 07/78, 30/78, 43/78, 50/78, 56/78, 58/78, 81/78, 90/78, 99/78, 109/78, 119/78, 123/78, 126/78, 129/78, 155/78, 156/78 e 184/78.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1978.

(aa) JURANDIR MESSIAS e JORGE SATO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 177/77.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1978.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, veemente apelo no sentido de que as normas baixadas para o futuro concurso para o Magistério, seja dispensado para o candidato, a exigência de apresentação do diploma de conclusão de Curso, com o registro do MEC, dando assim condições de prestar o concurso, inúmeros professores

que concluem no presente ano o Curso, ficando tal exigência para o ato da posse.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1978.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, solicito a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja determinada a Restauração das Proposições n.ºs 106/78 e 115/78, oriundas de Mensagens Governamentais n.ºs 21/78 e 33/78, referentes a convênios entre o Governo do Estado e os Municípios de Rio Azul e Porto Amazonas, respectivamente, como especifica.

N. Termos

P. e Espera Deferimento,

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1978.

(a) PAULO CAMARGO

#### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 191/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um viaduto sobre a Rodovia PR-323, no trecho em que esta atravessa a estrada Margaret até a Avenida João XXIII, no Município de IPORÃ.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã, teve a ligação entre o populoso distrito rural e sua sede, cortada pela PR-323. Embora os grandes benefícios advindos da construção da estrada, cerca de cinqüenta chacreiros que usavam a estrada municipal Margaret, que liga o Distrito até a Avenida João XXIII, têm que forçosamente atravessar a PR-323, em demanda à sede municipal.

Isto vem sendo causa de inúmeros acidentes que têm ceifado preciosas vidas, pois sendo colonos usam muitas vezes meios de transporte antigos e morosos como carroças, não podendo competir com o intenso tráfego da rodovia.

A construção de um viaduto sobre aquele trecho da estrada virá impedir que tais fatos se repitam.

Esperamos o apoio de nossos nobres Pares à esta proposição.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante a minha ausência de poucos dias neste Parlamento, houve uma mobilização acentuada a respeito da pretensão do Chefe do Executivo e de alguns vereadores do Município de Céu Azul, onde tenho a minha afirmação política e de quem sou representante da Oposição nesta Casa de Leis.

Na verdade Sr. Presidente, Srs. Deputados, este movimento que existe em Céu Azul, é muito antigo e já vai mais de uma década que a população de Vera Cruz busca e pretende emancipar-se da sede do município, que é Céu Azul.

O penúltimo Prefeito ou antecessor do atual Prefeito, buscando o fortalecimento do seu partido, o partido que existia único e solitário naquele município, empreendeu uma divisão que alcançou um movimento separatista do Distrito, de Vera Cruz, com a sede de Céu Azul, visando com isso, sucesso para os seus candidatos, para o seu sucessor e para candidatos à Assembléia e à Câmara Federal, além do Senado. Ocorre, Sr. Presidente, que este movimento chegou ao ponto de ensejar descontentamento na própria área do seu partido. E nós, que buscávamos com toda a resistência dos poderes ali constituídos, formar a nossa agremiação, foi com muita dificuldade, que conseguimos fazer, formar, implantar ali o Diretório Municipal do MDB. E o fomento deste pensamento, se desenvolveu e alcançou inclusive as hostes do MDB, e com o surgimento do pleito municipal, último de 1976, o então Prefeito Nilo Deitos buscou no mesmo pensamento, na mesma filosofia, criar um movimento de conscientização separatista, através de uma disputa entre o Distrito, econômico ou de potencialidade econômica superior a sede do município, porque junto à sede do município, está instalado à margem da Rodovia Federal, BR-277, o Parque Nacional Iguaçu. E realmente criou este ambiente, este clima de tensão no município e com este movimento, Vera Cruz preferiu ficar distanciada da sede do município e lá colocou, através da famigerada sublegenda, um nome que chegou a ganhar a eleição de Prefeito. E ganhando a eleição de Prefeito, aniquilou a oposição naquele Distrito e criou assim, um ambiente de desarmonia no Município de Céu Azul, e por conseguinte conseguiram eleger dois terços da Câmara Municipal. E naturalmente o MDB não conseguiu sequer, fazer um Vereador, por causa deste ambiente de tensão e que se criou, inclusive, uma disparidade nos colonizadores.

Chamavam os de Vera Cruz de "nagros", enquanto que os de Céu Azul de "europeus". E este foi o ambiente que criou este clima de tensão que reina hoje no Município de Céu Azul.

E a nossa presença, Srs. Deputados, lá naquele município em todos esses dias, buscando fazer contatos, procurando harmonizar o ímpeto daqueles que desejam emancipar-se, como também a resistência daqueles que querem ficar com a sede em Céu Azul. A verdade é que o município já é pequeno, já é fraco economicamente em consideração a muitos outros que existem no Estado do Paraná. Não há outra alternativa para concluir, Sr. Presidente, que não a de sentar-se a uma mesa todas as autoridades do próprio município e locais, como também os Senhores Deputados dos quais eu faço parte, para buscarmos um consenso daquela população, para que não se embrenhe em caminhos aventureiros, em caminhos que poderão culminar até em tensão social em que possa até no futuro criar a necessidade de uma intervenção municipal.

O que venho fazer aqui, Sr. Presidente, neste Pequeno Expediente, é um apelo às autoridades do Estado, para que se atenham em calma e busquem — e eu venho do município neste instante — e busquem a fórmula para harmonizar; e esta harmonia estará no princípio da soberania dos Poderes, e não fazendo como a Câmara Municipal, baseada num sentimento, num movimento separatista criado por brigas políticas dentro de um partido político, crie naturalmente este movimento que não corresponde ao consenso de toda a população municipal.

E neste aspecto, quero crer que o seu representante, o homem que aqui representa Céu Azul com mais qualificação ou com maior número de votos, Deputado Egon Pudell, há de convir conosco também, que há imperiosa necessidade de se distanciar deste movimento separatista. E o próprio Governo do Estado e esta própria Assembléia, não acolha documentos

de meia dúzia de Vereadores que representam o Distrito e que estão ansiosos, por uma modificação, para a transferência da sede do município.

Não tem sentido na lógica, não tem pertinência jurídica e não tem apoio não só na Constituição mas nas leis que orientam este tipo de expediente, que for feito à revelia da ordem jurídica.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — V. Ex.<sup>a</sup> poderá permanecer na tribuna, porquanto é o primeiro orador inscrito, no Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, há poucos dias o General João Baptista Figueiredo, dirigiu-se aos representantes do seu partido, a ARENA, no seu entre-as-pas, escritório eleitoral em Brasília, desconhecendo talvez os aspectos intrínsecos dos últimos pleitos eleitorais que se desenvolveram neste País, o Municipal de 76 e o Geral para os Legislativos, há poucos dias, no dia 15 de novembro de 1978.

E este General lança-se a uma aventura perigosa, ao dizer: "Os eleitores manifestaram suas preferências, sem constrangimento".

Mesmo a crítica mais severa tem de reconhecer a inquebrável lisura da conduta do Presidente General Ernesto Geisel.

Ocorre que desde o mais incauto intérprete não se pode esperar conclusão outra, que não a de atribuir dúplice caráter ao pleito de 15 de novembro. O primeiro deles, pelo menos dois, o primeiro deles, amplo e abrangente é de que no interior na zona rural, o eleitor baseia-se em diferentes motivações para expressar o seu voto; o segundo, o da zona urbana, onde o eleitor expressa o seu sufrágio, baseado na realidade mais compatível com a situação da vida nacional, porque informado, porque mais sofrido, e que no seu dia a dia percebe todas as nuances, da vida sócio-econômica e política nacional.

Não obstante, é forçoso reconhecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda que na cidade, têm-se que diferenciar entre capitais e as cidades do interior, porque queiram ou não, os homens do governo, os resultados eleitorais são imperativos e incontestáveis.

A nítida diferença entre os votos de grandes e pequenas cidades, é maior ainda entre capitais e a zona rural. E por que este estranho fenômeno? Porque vivemos um Brasil de contradições, um Brasil de divisões, um Brasil diferenciado e contraditório. Não posso concordar, pessoalmente, com o General João Baptista Figueiredo, que pretende fazer uma análise das eleições, partindo de premissas duvidosas e irreais, para mim. No Paraná, por exemplo o que se fez em matéria de pressão eleitoral, foi qualquer coisa de desumano, um verdadeiro descalabro. Sob as vistas e proteção do governo, mediante mando político já denunciado reiteradas vezes desta tribuna, e através das empresas estatais, organismos e instituições públicas, foram instrumentos de constrangimento e imposição do eleitor.

Seja de forma direta, seja de forma indireta. Para não fugir a exemplos cito à "priori", a COPEL com a diretoria, promoveu reuniões com funcionários, buscando e visando o sucesso do candidato oficial ao Senado da República, e não só isso, usou em Cascavel pelo menos, os organismos estudantis e sobretudo, promovendo concursos junto aos estudantes; arregimentando menores de idade, vestindo camisa com a estampa do candidato ao Senado, e fazendo promessas de recompensa ou pagamento pelo que lograsse maior êxito na colocação de sua

propaganda.

Há notícia de que o melhor colocado receberia oito mil cruzeiros, o segundo colocado cinco mil cruzeiros, e o terceiro colocado três mil cruzeiros, além de outras vantagens para os menos classificados. O Banco do Estado, funcionou como um verdadeiro comitê político, ao menos em algumas agências do interior. E passei algumas delas nas quais havia propaganda dos candidatos do interesse daquela localidade, e de Cascavel, bem como do candidato a Senador, este mesmo Senador, que no começo do seu exercício na Secretaria da Justiça, teria dito que o MDB envenena a juventude e que foi objeto de contestação nossa aqui desta tribuna, Sr. Presidente. E que este mesmo ex-Secretário, usa dos estudantes, envenena os estudantes, injeta nos estudantes, uma idéia de vantagem financeira para trabalharem em seu próprio favor... ou outros teriam feito isso em favor do candidato oficial?

O Prefeito da Capital, enviou, quero crer que à maioria dos contribuintes da Capital, convite, conchamação, solicitação e pedido para ajudá-lo na eleição do candidato oficial. O Prefeito de Cascavel chegou a usar o timbre da Prefeitura, o Brasão da Prefeitura Municipal de Cascavel, para impor o seu candidato ao eleitor, ao município de Cascavel. E assim por diante. Quem sabe neste Brasil afora, neste Brasil de dimensões continentais, não tenha ocorrido fatos muito mais graves, como aquele que a própria revista "Veja" denuncia, sobre a eleição de Lomanto Júnior, na Bahia.

O poder e a máquina administrativa, funcionaram ou funcionou de forma moralmente condenável. Todos sabem e falam, na rua, nos hotéis, nas repartições, na área administrativa, é unânime o pensamento de que a administração pública, ou os homens que administram, usaram da influência desta máquina, para eleger os seus candidatos. As rádios, as emissoras de televisão, jornais e tantos outros meios, foram usados pelos detentores do Poder, para eleger aqueles que recebiam o "placet" oficial. E é de se duvidar que o General imposto à Nação como Presidente, desconheça fatos aberrantes acintosos, notórios como estes que aconteceram no último pleito. O DER, por exemplo, confrontando suas máquinas, seus equipamentos, com Prefeituras, colocou a serviço de candidatos seus e isto já foi denunciado até por Deputados da ARENA que foram prejudicados com esta manobra. Colocaram à disposição essas máquinas, esses equipamentos, abusando e passando por cima da autonomia até de alguns Prefeitos do interior, para impor ao eleitor humilde, ao eleitor interiorano, a voragem desta busca de votos.

Foi uma disputa bélica em que só não funcionou a ética e a moralidade. Helicópteros e aviões, carros oficiais e gasolina, foram mobilizados pelo Governo, Governo em todos os níveis. A serviço de pretensas inaugurações de obras e promoção de verdadeiros comícios pré-eleitorais.

Aí está, Srs. Deputados, a verdade dos fatos, os efeitos dessas atitudes; e aí estão Deputados e candidatos do próprio partido do Governo, que denunciam em todos os níveis e em toda esta república que, diga-se de passagem, não é Federativa. Denuncia atos desta natureza, dos quais eles próprios foram vítimas. O Brasil inteiro enxerga isto. E esta realidade, nas páginas de respeitáveis jornais descompromissados com o sistema, que só os homens ligados ao Governo não vêem ou não querem enxergar e que o próprio futuro Presidente, não se deu conta, ou não lhe interessa dar-se conta.

Se o General não consegue ver fatos como estes, difícil será o futuro deste País em suas mãos, e difícil será crer em suas palavras, quando fala:

"O voto é a origem de todos os poderes do Estado; voto é símbolo de soberania". Nas palavras, estamos de acordo; nas intenções, possivelmente estejamos distantes, e até quem sabe, diametralmente distantes, porque nós da oposição, temos apregoado em todos os dias da nossa existência, que o voto

é a fonte legítima de poder e só quem está no poder é que não reconhece esta legitimidade.

Na realidade, esta é uma expressão axiomática, mas, os presidentes que vieram após 64, são unânimes em falar, mas, na prática ignoram esta verdade incontestável do sistema e dos regimes verdadeiramente democráticos. E ela é palpável, a partir das cassações de mandato, dos fechamentos de Congresso, das reformas ilegítimas, através dos pacotes e dos atos institucionais, dos desonrosos cargos, e não mandatos, de Senadores biônicos, de Prefeitos de capitais, dos Prefeitos da zona de interesse da segurança nacional e das estâncias hidro-minerais. E o que dizer dos Governadores e de si mesmos, eleitos sob uma forma condenável pelo regime essencialmente democrático? Que valor terá, na verdade, o voto para um general, cujas estrelas - sem desmerecimento do posto em si - cujas estrelas, meros adereços, expressam maior valor do que o consenso popular nacional?

Que dirá a nação de um homem que só pensa em voto, de uma forma teórica, e quando dela não precisa e quando ele já está garantido e por um mandato de seis anos?

Fala, ainda, que o Congresso é constituinte, permanentemente. Mas, se esse General fala em nome da revolução, nenhuma validade se lhe pode dar, pois se assim fosse, o pacote de abril não teria substituído o Parlamento. Na verdade, para os mandantes da época, a validade só existe, quando os resultados lhe sejam favoráveis, benéficos, para alcançar o poder.

Se ao Congresso incumbisse, como disse o General João Baptista Figueiredo, baixar atos constitucionais, que consubstanciassem as reformas de que a sociedade brasileira precisa, não haveria necessidade de tanta pressão, nem dos biônicos para garantir a maioria arenista, e nem da máquina administrativa, para conseguir fazer a maioria na Câmara e nas Assembléias.

Dá se conclui que poderão vir reformas, já que em representantes o Governo forjou ordenamentos jurídicos para garantir sua maioria.

Por isso, o General fala que, dessa forma pode pensar em prosseguir as reformas políticas, sociais e econômicas, iniciadas pelo seu antecessor.

As contradições expendidas em sua fala são flagrantes. Ainda bem que falou para seus correligionários e não, exclusivamente, para a Nação. E mais ainda, quando fala em democracia, voto e iniciativa do processo legislativo, hoje garroteado na anômola concentração ao Executivo, pode estar parafraseando outros de seus antecessores.

É insofismável o seu ímpeto de dar proteção ao Estado e não ao cidadão, e não à pessoa humana, quando afirma inadmissível diferenciar os votos deste pleito, ao tentar igualar os Estados mais desenvolvidos, com os menos desenvolvidos, indo ao extremo de dizer que isto seria atentar contra a Federação.

Eu pergunto: qual a Federação? Onde Federação? Que Federação? Se ela, Senhores Deputados, não é de hoje que o Brasil a perdeu, já não tem sequer fisionomia de Federação, neste Brasil. O que vemos é um fracionamento deste Brasil em colônias; o que vemos são capitânicas hereditárias transferidas para aqueles que são apadrinhados, que são afilhados do governo do planalto central.

Se os votos dos cidadãos são iguais e indistintos, tanto do rico, como do inteligente, como do agricultor, como do político, como do general, ou como do pobre e do operário, devem merecer o mesmo calor na ordem jurídica.

Isto o General afirma a seus correligionários mas, na verdade, passa por cima deste postulado democrático porque ele não foi eleito com esse tipo de qualificação de votos. A isonomia, a igualdade, o consenso, a racionalidade e o direito de estado democrático não teve valor nenhum para a sua nomeação.

O que quer este General? A quem vem? A que vem e

para onde vai? Estas as perguntas que a sociedade brasileira precisa saber as respostas.

Principalmente, quando os jornais, revistas e periódicos estão — ainda hoje que se fala em regime de liberdade —, sendo objeto de apreensão, como aconteceu com o número 177, do semanário "O Movimento".

Esta é a pergunta que deixamos para o futuro Presidente responder.

É certo que o Brasil precisa do esforço de todos. Mas, antes precisa da boa fé, da sinceridade de seus dirigentes, de homens que honrem a palavra empenhada perante a Nação, de homens que façam valer os seus pronunciamentos feitos voluntariamente sem o exercício de qualquer tipo de pressão, seja ela do poder, seja ela do povo.

Nós do MDB, temos razões de sobra para duvidar da sua sinceridade, porque, através das promessas sempre vêm, escamoteada, a ameaça, a advertência, a dúvida, a incerteza, a frustração e, muitas vezes, o bloqueio dos impulsos e das vocações dos verdadeiros democratas.

Esqueça-se, o General, de oposição constitucional, e, oposição não constitucional; oposição é oposição, e o MDB é a única oposição de que ele poderia falar porque esta sim, está arrumada nos limites da permissividade; procure, antes, equacionar o desenvolvimento global da Nação, sem dar azo aos acessórios mas, fortalecendo o principal, porque, o mais, vem por acréscimo; promova o debate aberto, sem usar a força do Estado, nem a prepotência do sistema. Queremos um Brasil para os brasileiros, não para o capitalismo estrangeiro e internacional — livre, para os brasileiros, das angústias das leis de exceção, para que todos participem e ofereçam, com liberdade, as suas contribuições.

Este Brasil clama por reformas mas, reformas globais e a partir de uma Constituição que seja legítima e verdadeira expressão do pensamento nacional, baseada nos direitos e garantias das pessoas, fundada no princípio do regime essencialmente democrático, num estado de direito que será implantado, um dia, neste País e que nós não temos dúvidas de que ele o seja a curto prazo, nós, digo modestamente, este Deputado. Mas, para isto, urge que este País penetre num regime de distensão, de desarmamento de espírito, de desarmamento de opiniões e de sistemas. Precisamos de anistia aos cassados políticos, aos banidos do País e a quantos homens que estão esquecidos e sepultados — ainda com vida — da vida cívica. Os balões de ensaio de reforma partidária são consequência. Não são nem causas, nem objeto principal, são apenas efeitos. Estamos dispostos a dar a nossa contribuição não ao Governo em si, mas, à Nação, à Nação que é eterna, permanente, ainda que não exista Estado, ela poderá existir. Queremos paz! Mas, se para alcançá-la for preciso guerra, sigamos então o exemplo do General que foi o primeiro Presidente após 64, General Castelo Branco, que dava, em advertências ou, em uma advertência pública, dava validade aos regimes fundados por uma revolução. Quem sabe, ele até o tenha feito, para garantir a filosofia daqueles que imprimiram o começo de uma vida nova; mas que, agora, se distanciam como no desvio de rios, para forjar cursos novos.

Sem o desarmamento de espírito não haverá ordem nem respeito! Que o exemplo venha de cima e alcance a todos, governantes e governados!

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Consulta, esta Presidência, a Liderança do MDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (O Sr. Deputado Waldenício Barbalho, fará uso da palavra).

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "O ESTADO DO PARANÁ", de ontem, traz um artigo na sua coluna PANORAMA POLÍTICO, sobre o voto

distrital. (Lê): "O voto distrital, quase só defeitos. Os poucos defensores do voto distrital não conseguem reunir nenhum argumento sólido em sua defesa, e as tentativas que estão sendo feitas para introduzi-lo no País, cheiram a casuísmo, em compensação, tem uma série de defeitos evidentes. Ao contrário do que se pretende impingir, o voto distrital só ampliará a influência do poder econômico nas eleições.

O exemplo mais caro dessa afirmação, é dado por algumas regiões do norte e do nordeste, onde o voto distrital já existe, a rigor, há muito tempo, há muitos anos, sob a forma conhecida como "coronelismo". Outra deficiência que se pode antever nesse sistema, é que a Assembléia seria despovoada de líderes autênticos, de homens de talento para o exercício de legislar e de fiscalizar, substituídos que seriam, pelos medíocres que se sobressaem apenas pela indesejável política clientelista que se dedicam. A Assembléia ficaria coalhada de representantes que se especializam em conseguir vagas em albergues, pensões, internamento hospitalar e transporte funerário, se não houver remédio. Tudo, é bom que se diga, são funções dignificantes e serem executadas pelos chamados órgãos competentes do Governo.

Ao Deputado, isto sim, cabe zelar para que no Orçamento do Estado, não sejam destinados, para dois ou dez quilômetros de asfalto recursos que faltam para atender indigentes que vêm à Capital atropelados pela mecanização da lavoura e morrem à míngua.

Talvez o mais grave defeito do voto distrital é que esse sistema, nas condições brasileiras, facilita a perpetuação de oligarquias e, conseqüentemente, dificulta o aparecimento de novas lideranças políticas. Todo o Deputado que se revelar competente para conseguir carteiras escolares, um dinheirinho para reforma e pintura do grupo escolar, passagens rodoviárias de graça para indigentes e cabos eleitorais, bolsas de estudo para filhos de pessoas pobres e de cabos eleitorais — e que levam um pouco de sorte na nomeação de um bom delegado de polícia, de uma boa diretora para o grupo — esse Deputado se elegerá quantas vezes quiser.

Pode ser, afinal, que o objetivo do voto distrital seja realmente esse: evitar que se legisle com inteligência e que se fiscalize com independência".

Este artigo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deve constar dos Anais. A ele e a seu autor eu me solidarizo. A "Gazeta do Povo", de ontem, publicou uma nota: "Barbalho denuncia Prefeito de Paraíso do Norte". O título está certo, mas se eu fosse jornalista, o título seria outro: Promotor público de Paraíso do Norte, omisso, no que diz respeito a crime de responsabilidade do Prefeito daquela comuna. Isso porque, e como foi amplamente discutido nesta Casa, o Prefeito Germano Sordi praticou crime previsto no Decreto-Lei n.º 201. Mas vejamos a nota, porque esse é o nosso objetivo, vir aqui, para elogiar uma e criticar outras.

"Considerando a gravidade da denúncia formulada pelo Deputado Waldenício Barbalho, MDB-Paranavaí, contra o Prefeito Germano Sordi de Paraíso do Norte, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, através do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, avocou ontem o requerimento, a fim de parecer sobre o mesmo". Não está certo. Em verdade, houve um requerimento, e no aparte, feito pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira, eu concordei com o aparte de S. Ex.ª, que fez o requerimento pedindo que o meu requerimento fosse encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que a mesma oferecesse parecer sobre o assunto. Então não houve a avocação anunciada pela imprensa.

"No referido documento, o Deputado Waldenício Barbalho acusa o Chefe do Poder Executivo de Paraíso do Norte, em crime de responsabilidade, por haver contratado com uma firma, da qual é um dos sócios majoritários, a sublocação de uma lanchonete, em área de propriedade do Município. Segundo

afirmou o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, a reportagem política da "Gazeta do Povo", o parecer será dado já no início da próxima semana, uma vez que o período de sessões plenárias do Legislativo se encerra no dia 5.

**QUER PROCESSAR O PREFEITO**, diz a nota.

O principal objetivo do Deputado Waldenício Barbalho é levar a Assembléia Legislativa a representar contra o Prefeito uma vez que o mesmo teria cometido além da irregularidade citada, outras que seriam especificadas através de uma investigação sumária.

O que parece um tanto nebuloso, segundo os observadores, é o caminho seguido pelo parlamentar para pedir o enquadramento do Prefeito, pois a Assembléia Legislativa terá dificuldades para investigar ocorrências num município, sem ferir a autonomia desse município.

Ora, totalmente, errada a nota.

Infelizmente, não compete à Assembléia Legislativa, promover, aqui, processo, nem investigação sumária. O requerimento foi, pura e simplesmente, para a Comissão de Justiça, a fim de que a Comissão de Justiça, oferecesse parecer. As provas que nele se encontram, são provas extraídas de autos que estão em andamento na comarca de Paraíso do Norte. E, se o Deputado assim o fez, o fez para prestigiar o Poder Legislativo do Estado do Paraná. E, o fez, pura e simplesmente, baseado na legislação em vigor, a legislação que emana do Poder revolucionário; é o Decreto Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, no seu artigo 1.º, diz:—

"São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I — apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos".

Como é sabido, o Prefeito, ele é locador, o locatário, o inquilino, o senhorio e está se aproveitando dos bens do município. Mas, no artigo 2.º do próprio Decreto Lei que deve receber todo prestigamento da Aliança Renovadora Nacional, está escrito:—

"O processo dos crimes definidos no artigo anterior, é o comum do juízo singular, estabelecido pelo Código de Processo Penal, com as seguintes modificações":

E diz mais, no seu parágrafo 1.º, do artigo 2.º:—

"Os órgãos federais, estaduais ou municipais, interessados na apuração da responsabilidade do Prefeito, podem requerer a abertura de inquérito policial ou a instauração da ação penal pelo Ministério Público".

Então, não é nada de nebulosidade. O que é nebuloso é o pensamento do jornalista, ou da empresa jornalística do Estado do Paraná que diz, inclusive, que há interesse pessoal; o interesse é público; eu considero essa afirmativa, uma ofensa ao Parlamentar cujo mandato está sendo concluído; e, talvez, até mais que isso, até uma injúria. Hoje em dia é injurioso processar Prefeito; ora, se o Chefe do Poder Executivo cometeu um crime, um representante do Ministério Público pediu a suspensão do feito que importa no engavetamento do processo, por trinta dias, e quando os autos lhe foram conclusos S. Ex.ª, novamente, solicita suspensão do feito por mais seis meses, estão os autos dormindo na gaveta do Ministério Público, então, a imprensa deveria, isto sim, condenar a omissão do representante do Ministério Público. Para que? Para que ele promovesse, essa é a função precípua do Ministério Público — promover justiça, por isso é que ele é o Promotor de Justiça. No entanto, o jornal até parece que está a fazer a defesa do Chefe do Poder Executivo, para dizer que a autonomia do município não está sendo respeitada. Não sou doutor; sou apenas bacharel em direito, mas tenho princípios, conhecimentos elementares e sei o que significa autonomia do município.

Não seria eu que iria ferir a autonomia de nenhum município, mesmo porque eu sou por natureza um municipalista.

Então a nota está aí eivada de vícios e de erros. Interessante, como os jornais da Capital sempre erram, no sentido de sempre proteger os que corrompem a coisa pública.

Há necessidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma retificação desta nota, para que se diga a verdade, para que se diga que a omissão do Ministério Público deveria, inclusive, ser representada ao seu Procurador Geral do Estado, para que tome providências contra o Promotor relapso, que pela segunda vez, tão logo descobriu que o autor do crime era o Prefeito Municipal, pediu suspensão do feito e engavetou o processo.

Está aí então os esclarecimentos para o jornalista ou para o jornal, a fim de que a imprensa, a boa imprensa, a verdadeira imprensa não pode se omitir perante o seu público. Tem que dizer a verdade. E para dizer a verdade, terá que ser sobretudo imparcial e não denunciar, levar ao conhecimento do público que o Deputado tem interesse pessoal na proposição da ação contra o Prefeito Municipal de Paraíso do norte e que a sua ação é nebulosa.

Estamos atravessando esta época, época de corrupção em todos os sentidos. E quando se corrompe, neste País, se tem por objetivo pura e simplesmente aceitar as lições que vêm do alto, da mais alta Magistratura, a corrupção é inerente ao homem. Como punir-se os corruptos se eles são inteligentes? É por isso que tivemos eleições assim em que se disputam muito mais nos municípios pequenos o comando político, que é a fonte perene da maior corrupção do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era só, e muito obrigado pela atenção.— (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Constituição de 1967 cometeu, não só na minha opinião, mas na opinião de todos aqueles Senhores Deputados que debateram o assunto nesta Casa, cometeu uma injustiça contra o funcionário público, porque anteriormente àquela Constituição, o tempo de serviço para o funcionário era de trinta anos e para a mulher de vinte e cinco anos. E a Constituição de 1967 retroagiu em prejuízo do funcionalismo. E, a partir daquela data, quase todos os Legisladores brasileiros, quase todos, sem exceção, e em quase todos os Estados da União, vinham procurando corrigir aquela distorção, aquela injustiça.

Alguns Estados obtiveram êxito, obtiveram sucesso; alguns Estados, graças à compreensão dos seus Governadores, corrigiram aquela injustiça. O que não ocorreu com o Estado de São Paulo, onde a Assembléia Legislativa aprovou projeto de autoria da bancada do MDB, naquela Casa, e a Assembléia Legislativa de São Paulo, aprovou Emenda Constitucional, procurando restabelecer o tempo de serviço de trinta anos e vinte e cinco anos, para a mulher e a Emenda Constitucional aprovada, foi promulgada pelo Poder Legislativo de São Paulo, e o Governador do Estado, num gesto incompreensível, e porque não dizer, desumano, representou contra o Poder Legislativo e até hoje, não está vigindo, em prejuízo de milhares e milhares de funcionários públicos de São Paulo.

No Paraná, vimos lutando há muito tempo, inclusive, os nobres Deputados Fidelcino Tolentino e Valter Pietrângelo, apresentaram Emenda Constitucional. E naquela oportunidade eu fiz um apelo aos eminentes Deputados, para que retirassem aquela Emenda Constitucional, para não acontecer, poderia acontecer o que ocorreu com São Paulo, então estaria irremediavelmente comprometida a boa intenção daqueles parlamen-

tares, e ao mesmo tempo, em que nós apresentamos, com o apoio de quase todos os Senhores Deputados desta Casa, um projeto de lei, a nosso ver, perfeitamente constitucional, porque tratava-se de corrigir uma distorção, um erro, uma injustiça que haviam cometido os legisladores que elaboraram a Carta Magna de 1.967. Esta Casa aprovou a Lei. E agora o Governador Canet Júnior, demonstrando mais uma vez a sua alta sensibilidade humana, e porque não dizer, político-administrativa, acaba de sancionar a Lei que tomou o número 7.050, corrigindo dessa forma uma injustiça que se cometeu contra o funcionalismo. Nesta oportunidade, Sr. Presidente, e nobres Srs. Deputados, eu faço este registro, para elogiar um homem que está deixando o governo. Porque se fosse no seu início de governo, ou se fosse esta lei sancionada anteriormente às eleições de 15 de novembro, eu jamais ocuparia esta tribuna, porque o ato poderia ser interpretado como um ato demagógico e um ato realizado às vésperas de um pleito eleitoral, todavia, o Governador Canet Júnior estudou através dos seus órgãos técnicos, a lei oriunda desta Casa, e só a sancionou após as eleições de 15 de novembro, demonstrando mais uma vez, o seu alto espírito público, demonstrando mais uma vez, que o Paraná vai sentir saudades, de um homem que a par de uma belíssima administração, talvez uma das melhores que nós já conhecemos neste Estado, deixa também àqueles que sempre sofreram injustiças, deixa a sua palavra, deixa o seu apoio, o seu apoio moral, a sua compreensão para os reais problemas do funcionalismo.

É verdade, que nem todas as injustiças foram corrigidas no seu governo, mas ele procurou durante o seu período governamental, pelo menos, dar um encaminhamento aos problemas do funcionalismo. É verdade, que nem todas as injustiças foram corrigidas no seu governo, mas ele procurou durante o seu período governamental, pelo menos, dar um encaminhamento aos problemas do funcionalismo. Vejam os professores do Estado, que há pouco, iniciaram um movimento, um movimento que reunidos em congresso, pleiteavam diversas melhorias para a classe, peliteavam e faziam diversas reivindicações ao Governo. O Governo, demonstrando a impossibilidade do Tesouro Estadual, atender àquelas reivindicações para mim justas, porém inoportunas, não acolheu, não aceitou as reivindicações dos Senhores Professores. Entretanto, foi o Governo que mais olheu pelo Professor, porque as conquistas que esta classe obteve no seu governo, foram substanciais. É verdade que não foram completas, é verdade que o professor ainda é para mim, um marginalizado do serviço público, mas pelo menos o Governador Canet Júnior, deu alguma coisa, fez alguma coisa, iniciou um processo de reconhecimento, ao trabalho inestimável do Mestre, na condução das futuras gerações.

Outros governadores, o futuro Governador que complete a obra. Mas eu faço este registro, Sr. Presidente e nobres Senhores Deputados, para agradecer em nome do funcionalismo, o alto espírito público e a alta sensibilidade humana, que demonstrou o Governador Canet Júnior, sancionando a lei oriunda desta Casa e que veio efetivamente, corrigir uma distorção e uma injustiça.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 177/77. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/77, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre nova estrutura e quadro especial de PROCURADORES E ADVOGADOS DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — COM EMENDAS. — EM REGIME DE URGÊNCIA. —

Em discussão o projeto e emendas. — Encerrada a discussão. — Em votação as emendas.

Em votação a Emenda n.º 1, da Comissão Especial. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 2, da Comissão Especial. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 3, da Comissão Especial. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 4, de Plenário.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, as Emendas n.ºs 4, 5, 6 e 10, são emendas ao substitutivo, que foi votado globalmente em segunda discussão. Requeiro à Mesa, também que proceda da mesma maneira como na segunda discussão, isto é, globalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — V. Ex.ª requer que sejam votadas globalmente, as emendas de Plenário? Deferido.

Em votação as Emendas n.ºs 4, 5, 6 e 10, todas de Plenário. — **Aprovadas.**

Em votação o Projeto de Lei n.º 177/77. — **Aprovado.**  
(Palmas, muitas palmas das galerias)

— Esta Presidência recebe os aplausos carinhosos da platéia representada pelos Procuradores e Advogados do Estado do Paraná e transfere estas honrarias aos Senhores Deputados em Plenário, que aprovaram o tão almejado melhoramento para esta classe que nós consideramos tão prejudicada e tão sofrida.

Passaremos à apreciação das demais matérias constantes da Ordem do Dia:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 63/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 69/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIÊN, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 64/78, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 77/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, naquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 67/78, Mensagem n.º 10/78, ex-Proposição n.º 95/78, aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e da EMOPAR, com o Município de GUAIRACÁ, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 68/78, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 109/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de REBOUÇAS, com participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 69/78, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 116/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de TIJUCAS DO SUL, com participação e interveniência



de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 70/78, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 119/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, objetivando elaboração de planos regionais e industriais Leste, Norte e Oeste do Paraná.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 73/78, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 129/78 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Araucária, com participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando a aplicação de Recursos da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 74/78, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 134/78 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de RIO BRANCO DO SUL, com participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de Recursos Financeiros da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 75/78, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 137/78 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação e interveniência de órgãos que especifica e o Município de Cerro Azul, objetivando a aplicação de Recursos da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 76/78, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 143/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de MANDIRITUBA, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, visando a realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano daquele município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 77/78, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 144/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, visando a realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano daquele município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 79/78, Mensagem n.º 50/78, ex-Proposição n.º 154/78 — através da Secretaria dos Transportes, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de GUARAPUAVA, objetivando execução de terraplenagem, pavimentação e obras complementares no aeroporto do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 80/78, Mensagem n.º 52/78, ex-Proposição n.º 156/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de ARAUCÁRIA, com participação, interveniência

cia e objetivos que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 82/78, Mensagem n.º 57/78, ex-Proposição n.º 161/78 — aprova os convênios n.ºs 17/77, 51/77 e 100/77, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através dos órgãos que especifica, objetivando concessão de assistência técnica e financeira ao setor educacional do Estado.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 85/78, Mensagem n.º 61/78, ex-Proposição n.º 165/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos na realização de promoção cultural pela Diretoria de Assuntos Culturais, no exercício de 1.977.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 90/78, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 135/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e da FAMEPAR, com o Município de PORTO VITÓRIA, objetivando aplicação de recursos, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 97/78, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 171/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de CURITIBA, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 98/78, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 172/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de CONTENDA, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 105/78, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 84/78 — aprova convênio de Auxílio e Cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de CONSELHEIRO MAIRINK, objetivando aplicação de recursos financeiros na forma que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 118/78, Mensagem n.º 76/78, ex-Proposição n.º 119/78 — aprova termo de re-ratificação ao Convênio 28/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano Diretor do Eixo LONDRINA-MARINGÁ.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 119/78, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 201/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de GUARANIAÇU, visando a execução de Cursos Supletivos FASE II do Projeto "MINERVA".— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 120/78, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 202/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município

de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, visando a execução de Cursos Supletivos FASE II do Projeto "MINERVA".— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 121/78, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 204/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de MARIA HELENA, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II do Projeto "MINERVA".— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 239/78, Mensagem n.º 113/78, ex-Proposição n.º 415/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, proporcionando ao Estado, cooperação técnica e financeira, com vistas à elaboração do Projeto Plano Estadual de Comercialização.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 186/78, que acresce do parágrafo único conforme especifica ao artigo 10 e dá nova redação ao artigo 13, da Lei n.º 6639, de 05/12/74.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/77, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública o LAR FABIANO DE CRISTO, entidade mantenedora da Casa Assistencial Colméia Natário Liberato, da cidade de Antonina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que estende simbologia numérica constante da Lei n.º 6996, de 12/04/78, com os vencimentos fixados nas Tabelas V-VIII, do Decreto n.º 4847, de 18/04/78, aos cargos em Comissão, da Parte Permanente, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— COM SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

Ao aludido projeto, há sobre a mesa, requerimento no seguinte teor: (Lê)  
"Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, retorno à Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei n.º 58/78, para parecer ao substitutivo apresentado.—

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1978.

(aa) Nilso Sguarezi e Gilberto Carvalho."

Em votação.— Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão.— **Aprovado.**

Conseqüentemente, está retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n.º 58/78.—

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede segunda chamada para EXAMES ou AVALIAÇÕES a alunos de estabelecimentos da rede estadual de ensino, na forma e conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155/78, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que autoriza o Poder Executivo, doar à Associação Comercial e Industrial da Cidade de Paranavaí, imóvel de propriedade do Estado, conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/76, de autoria

do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que autoriza o Governador do Estado constituir uma Comissão composta de 3 (três) membros escolhidos entre funcionários efetivos dos Três Poderes, com encargos especiais que especifica, tendo em vista o que prevê a Lei Federal n.º 6.226, de 14/07/75, e dá outras providências. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.—

# PROJETO DE LEI N.º 126/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Governador do Estado a constituir uma Comissão composta de 3 (três) membros escolhidos entre funcionários efetivos dos Três Poderes, com encargos especiais de até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, proceder estudos junto ao Instituto Nacional de Previdência Social e órgãos competentes do Ministério da Previdência e Assistência Social, para fixar e determinar o ônus de cada uma das partes, a fim de que se possa firmar convênio estendendo aos funcionários públicos estaduais a reciprocidade da contagem de tempo de serviço prevista pela Lei Federal n.º 6.226, de 14 de julho de 1.975.

Art. 2.º — Concluídos os estudos, o Poder Executivo poderá firmar convênio para implantação da contagem recíproca de que trata o artigo anterior, o qual entrará em vigor após sua aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

## JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através da Lei n.º 6.226, de 14 de julho de 1.975, instituiu a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.

O Art. 3.º, do Projeto de Lei aprovado pela Câmara Federal e Senado, estabelecia o seguinte:

"Art. 3.º — A reciprocidade de contagem de tempo de serviço de que trata esta lei, estender-se-á aos funcionários públicos civis municipais, estaduais, do Distrito Federal, e segurados do Instituto Nacional de Previdência Social, através de convênio, para fixar e determinar os ônus financeiros e seu respectivo custeio."

Todavia, devido a feição impositiva do referido artigo, Sua Excelência houve por bem vetá-lo, por entender que, dado o seu caráter compulsivo, acarretaria constrangimento insuportável para as administrações estaduais e municipais.

Continuando suas razões do veto oposto, o Senhor Presidente afirmou ser indispensável a autorização legislativa de cada Estado ou Município, lastreada em exame da viabilidade financeira, para fixar a compensação do ônus, quer da parte dessas pessoas jurídicas de direito público, quer da parte do INPS, através de convênio, a fim de que se pudesse estender a reciprocidade da contagem de tempo prevista pela Lei n.º 6.226, de 14 de julho de 1.975.

Seguindo a orientação da Presidência da República, estamos apresentando o presente projeto de lei, com a intenção de sanar aquela lacuna deixada na legislação federal.

Cogitar-se de legislação estadual ou municipal estendendo o benefício, como tem sido feito em diversas localidades, seria apenas uma tentativa despretenciosa e igualmente inconstitucional, pois, se a União não pode obrigar os Estados e Municípios a firmar convênios com o INPS, a atitude reversa teria o mesmo vício, sendo completamente demagógica e inviável.

É evidente que de nada adiante ao Estado autorizar que sejam procedidos os estudos previstos neste projeto de lei, se idêntica medida não for tomada pela União, inclusive com autorização para que sejam firmados os necessários convênios.



Para isso, nosso conceituado colega e representante do Oeste do Paraná na Câmara Federal, Deputado Paulo Marques, simultaneamente, estará apresentando projeto de lei em termos semelhantes ao presente, a fim de que possamos atingir nossos objetivos em defesa da aposentadoria àqueles que somam 35 anos de serviço público e de atividade privada.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 126/78

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, visa o projeto de lei autorizar o Poder Executivo a constituir Comissão de Funcionário para proceder estudos visando a implantação da contagem recíproca do tempo de serviço público prevista pela Lei Federal nº 6.226, de 14 de julho de 1975, e dá outras providências.

Analizando-se o aspecto constitucional e legal da proposição, temos que a matéria em si não comporta sua regulamentação através da força de uma lei, já que prevê a constituição de uma Comissão a qual poderá ser formada através de simples Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Assim sendo, o nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição, nos reservando a votar favoravelmente a matéria, de tanta importância para o funcionalismo público do Estado, caso seu autor a queira transformá-la em requerimento de sugestão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente com o devido respeito, quero, oportunamente, encaminhar um requerimento à Mesa, pedindo que o Projeto de Lei nº 126/76, que V. Ex.<sup>a</sup> anunciou, seja retirado por 10 sessões. Uma vez que a aplicação deste plano de lei, depende da aprovação quase simultânea com outro semelhante que está tramitando na Câmara Federal.

Se aprovarmos por antecipação este, poderá criar um óbice qualquer e este projeto não alcance seu objetivo.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) A Presidência atende a solicitação de V. Ex.<sup>a</sup>, e colocará em votação o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>. Em votação. — **Aprovado.**

Conseqüentemente, fica o Projeto de Lei nº 126/76, adiado por 10 sessões.

— (É encaminhado o requerimento acima mencionado).

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 126/76, que autoriza o Governo do Estado firmar convênio com o INPS, a fim de que possa ser estendido ao servidor público do Estado do Paraná o benefício da contagem recíproca de tempo de serviço prevista na Lei Federal nº 6.226, de 14 de julho de 1975, por 10 (dez) sessões, vez que a aplicação do presente plano de lei depende de aprovação quase simultânea de outro semelhante que está tramitando na Câmara Federal, sem possibilidade de ser apreciado ainda no corrente ano.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 59/78, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro na cidade de Assis Chateaubriand. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 59/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA", com sede e foro na cidade de Assis Chateaubriand.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de maio de 1978.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no setor de Assistência Social junto à comunidade de Assis Chateaubriand.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das formalidades legais para o seu reconhecimento público no âmbito estadual, que ora propomos e que temos a certeza, contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### Parecer ao Projeto de Lei nº 59/78

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o presente Projeto de Lei nº 59/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e Infância", com sede na cidade de Assis Chateaubriand.

Analizando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 77/78, de autoria do Deputado Domício Scaramella, que denomina Posto de Fiscalização "Ariovaldo Huergo", a unidade do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria das Finanças, localizada em Rondinha, Município de Paula Freitas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 77/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Passa a denominar-se POSTO DE FISCALIZAÇÃO "ARIOVALDO HUERGO", a unidade do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria das Finanças, localizada em Rondinha, Município de Paula Freitas.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### JUSTIFICATIVA:

Creemos ser de inteira justiça que se homenageie a memória de Ariovaldo Huergo, ex-servidor público estadual, dando-se o seu nome ao Posto de Fiscalização de Rendas, localizado em Rondinha, no Município de Paula Freitas, numa demonstração de reconhecimento pelos bons serviços que prestou ao Estado, como Fiscal Tributário e Inspetor que era do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria das Finanças.

Tendo sido nomeado e tomado posse naquele cargo em 1950, o ex-funcionário Ariovaldo Huergo sempre se dedicou ao exercício de suas atribuições, com probidade, eficiência e zelo, adquirindo, mercê de suas qualidades funcionais e pessoais, o respeito e a consideração de seus superiores e colegas. Daí o projeto que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares, na cer-

teza de que haverão de aprová-lo, por ser de justiça.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 77/78

Na qualidade de relator do Projeto de Lei nº 77/78, de autoria do nobre Deputado Domício Scaramella, que tem por finalidade denominar "Ariovaldo Huergo", Posto de Fiscalização, localizado em Rondinha, Município de Paula Freitas, unidade do Departamento de Rendas Internas da Secretaria das Finanças, solicito que preliminarmente, para que melhor possamos nos orientar e opinarmos, que o mesmo seja convertido em diligências junto ao Departamento de Rendas Internas, para que o mesmo informe sobre a conveniência da proposição e instrua com dados funcionais do funcionário a quem se quer prestar homenagem.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1978.

(a) Ezequias Losso, Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 100/78, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil. Parecer da C.C.J., pelo arquivamento. — **Rejeitado.**

## PROJETO DE LEI Nº 100/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

## JUSTIFICATIVA:

No dia 23 de junho de 1978, o Presidente Ernesto Geisel, dirigindo-se a toda a Nação, pronunciou as palavras que, de há muito, o povo brasileiro esperava ouvir do seu governante maior, anunciando os atos necessários para a instalação, no País, de um legítimo regime democrático.

É sabido de todos que foi a democracia a ideologia inspiradora da Revolução de 1964. Não obstante alicerçada nessa filosofia liberalista, o movimento de março acabou convivendo com a exceção por um período de tempo muito superior ao previsto e ao desejado. E se é verdade que, em gestões anteriores, houve a intenção de se eliminar os atos excepcionais vigentes, não se pode negar que, não apenas foi durante a administração do Presidente Ernesto Geisel que se envidaram os maiores esforços nesse sentido, como, por igual, conseguiu Sua Excelência dar cores de realidade a todas as providências necessárias para esse mister.

O ato do Presidente Ernesto Geisel, agora praticado tem um significado que transcende ao de um simples ato político. Mais do que isso, tem o significado de um marco histórico que se inscreverá, por certo, como uma página inesquecível no sagrado livro da Pátria.

E para nós paranaenses guarda um especial júbilo que essa atitude tenha sido tomada por um homem inteiramente identificado com a gente e as coisas do nosso Estado, quer pela amizade que formou com a família paranaense, quer pelos assinalados serviços que deixou quando de sua passagem pela terra araucariana, quer pelo extremado carinho com que sempre olhou o nosso Estado desde o Palácio do Planalto.

A homenagem que se pretende, contudo, é de maior amplitude, pois que do interesse de todos os quadrantes nacionais; a homenagem que se pretende é tornar imorredouramente paranaense o cidadão brasileiro que tudo fez para dar ao povo

da sua terra dias melhores e mais humanos, fundados na perene luz do sistema democrático.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 100/78

Tendo em vista que a Lei nº 4.927 de 11/09/64, publicada no Diário Oficial do Estado nº 158 de 14/09/64, já conferiu a distinção que pretende o nobre Deputado Gabriel Sampaio, com a presente Proposição, opinamos pelo Arquivamento do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 172/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública o "Dag-Seg Clube - Turismo e Previdência", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 172/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "DAG-SEG CLUBE — Turismo e Previdência", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem se destacando junto à comunidade de nossa Capital, no setor cultural e previdenciário.

As suas atividades, conforme o relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação estadual, pertinente à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 172/78

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, o presente Projeto de Lei nº 172/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Dag-Seg-Clube - Turismo e Previdência", com sede nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 287/78, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que aprova conclusões constantes do Relatório final da referida Comissão que apurou fatos relacionados com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Paraná.

O SR. NILSO SGUAREZI — **(Pela ordem)** — Sr. Presidente, acredito que esta matéria não possa ser apreciada pelo Plenário, porque ela veio eivada de duas irregularidades:

primeira, Sr. Presidente, não está publicado na Ordem do Dia o projeto de resolução;

segundo, não foi publicado o relatório para conhecimento da Casa, desta CPI.

Portanto, requeiro, na forma do Regimento, a V. Ex.<sup>a</sup>, que devolva à Comissão ou ao setor da Ordem do Dia, a fim de que a matéria fique hábil a ser discutida em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Esta Presidência acata e recebe o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup> e determina que o mesmo seja devolvido à comissão competente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — **(Pela ordem)** — Sr. Presidente, muito acertadamente o Senhor Deputado Líder do MDB, Deputado Nilso Sguarezi, requereu a retirada, da Ordem do Dia, do Projeto de Resolução n.º 287/78, sob o argumento de que não haviam sido publicadas as conclusões da CPI; todavia, como amanhã será a última sessão desta Legislatura, eu requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, que o reinclua, na Ordem do Dia da sessão de amanhã, com a necessária publicação no Diário da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Esta Presidência vai agilizar a publicação, para que volte à Ordem do Dia da sessão de amanhã, o Projeto de Lei n.º 182/78.

O SR. NILSO SGUAREZI — **(Pela ordem)** — Sr. Presidente, apenas para uma orientação: amanhã, é constitucionalmente previsto como a última sessão desta Legislatura; há um esquema especial para a sessão de amanhã, Sr. Presidente, ou será uma sessão normal?

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Esta Presidência tem a informar, que a sessão de amanhã será normal e com a Ordem do Dia também normal — nada há de diferente, no Regimento Interno da Casa.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — **(Pela ordem)** — Sr. Presidente, passou em 3.<sup>a</sup> discussão, este projeto referente aos Procuradores, de n.º 177/77.

Requeiro a V. Ex.<sup>a</sup>, dispensa de publicação, por achar que não vai dar tempo de fazer. Uma vez que foi aprovado por este Parlamento, eu requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> e já estou encaminhando requerimento nesse sentido, para dispensa da publicação.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Já foi requerido por este Deputado e o Deputado Jorge Sato.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Felicito a V. Ex.<sup>a</sup>, pela iniciativa, e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, com o apoio do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de diversos projetos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, consubstanciado em apelo no sentido de que às normas baixadas para o futuro concurso para o Magistério, seja dispensado para o candidato, a exigência da apresentação do diploma de conclusão do Curso, com o registro do M.E.C. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, solicitando seja determinada a restauração das Proposições n.ºs 106/78 e 115/78. — **Deferido.** Ao Departamento Legislativo para providenciar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 125 e 142/76, e 116 e 177/77, e 07, 30, 43, 50, 56, 81, 90, 99, 109, 119, 123, 126, 129, 155, 156 e 184/78.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 50, 77 e 172/78.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 287/78.

Levanta-se a sessão.